

Resolver divergências, missão de Milliet nos EUA

BRASÍLIA — Uma das missões do Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, em Nova York — onde desembarca amanhã chefiando a delegação brasileira que retomarà a negociação da dívida externa — será contornar o primeiro impasse surgido entre o Governo brasileiro e os bancos credores, após a formalização, em dezembro passado, do acordo de curto prazo. Nos últimos dias, os dois lados começaram a divergir em relação à interpretação do acordo firmado para pagamento dos juros da dívida externa, a partir de janeiro.

O Brasil entende que se comprometeu a ficar corrente (colocar o pagamento em dia), a partir de janeiro, mediante a formalização do acordo de médio prazo — que pressupõe a liberação de empréstimos dos bancos credores — e, por isso, não voltou a pagar os juros, continuando, portanto, em moratória.

Os bancos estrangeiros, por sua vez, estão interpretando que o Brasil colocará em dia o pagamento dos ju-

ros a vencer, desde 1 de janeiro de 88, independente dos resultados do acordo de médio prazo. Este acordo começará a ser negociado a partir da próxima segunda-feira pelo Presidente do Banco Central.

Autoridades que participaram das negociações admitem que o telex enviado aos bancos é vago e dá margens a diferentes interpretações. De acordo com um integrante da missão que negociou o acordo provisório com o Comitê Assessor dos Bancos Credores (este acordo coloca em dia os débitos relativos a juros vencidos em 88, no próximo dia 11), nos entendimentos ficou implícito que o País só começará a pagar os juros de janeiro em diante, após firmado o acordo de médio prazo, cuja assinatura é prevista para o dia 15 do corrente mês.

O acordo provisório continua sendo fielmente cumprido, segundo este informante. A última parcela (um terço dos juros devidos em 87, cujo pagamento foi suspenso pela moratória brasileira) será desembolsada no dia 11 de janeiro. Não há disposição

de alterar os prazos contratados.

No entanto, o telex enviado pelo Banco Central ao Comitê Assessor dos Bancos Credores, no dia 29 de dezembro, para ser distribuído aos bancos, deixou vago o compromisso de pagamento a partir de janeiro. Por falta de clareza, os bancos entenderam que o Brasil ficaria corrente a partir deste mês. Já o BC entendeu que não precisava explicitar no telex o que já havia sido negociado com o Comitê. Só que o Comitê comunicou-se com os bancos, utilizando o mesmo instrumento que o Brasil lhe enviou. Ou seja, transferiu a mensagem confusa, que diz que o Brasil ficará corrente “se houver acordo cooperativo com os bancos” (referindo-se, apenas implicitamente, ao acordo de médio prazo).

O resultado desta mensagem foi interpretado de forma diferente pelos bancos. O Governo brasileiro, só agora, percebendo a confusão gerada pelo telex, encarregou Milliet de resolver também esta questão, além do acordo de médio prazo em si.